

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO
UNIFECAP

MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA
CONTABILIDADE GERENCIAL

RODRIGO DE SOUZA GONÇALVES

***A UTILIZAÇÃO DO CUSTO CORRENTE PELA CONTABILIDADE
GERENCIAL COMO MÉTODO DE AVALIAÇÃO DOS ESTOQUES
E DO CUSTO DO PRODUTO***

São Paulo

2005

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO
UNIFECAP**

**MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA
CONTABILIDADE GERENCIAL**

RODRIGO DE SOUZA GONÇALVES

***A UTILIZAÇÃO DO CUSTO CORRENTE PELA CONTABILIDADE
GERENCIAL COMO MÉTODO DE AVALIAÇÃO DOS ESTOQUES
E DO CUSTO DO PRODUTO***

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário Álvares Penteado –
UNIFECAP, como requisito parcial
para aprovação na Disciplina de
Contabilidade Gerencial.

Orientador: **Profº. Drº. Claudio Parisi.**

**São Paulo
2005**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Características básicas das contabilidades financeira e gerencial.....	16
Quadro 2	Valorização de insumos na estimativa de custos.....	25
Quadro 3	Percepção quanto à eventual melhoria da avaliação do resultado das encomendas advinda do uso do valor de mercado à vista.....	25
Quadro 4	Diferenças na apuração do lucro contábil e lucro econômico....	30
Quadro 5	Balanço Patrimonial Final – X1.....	34
Quadro 6	Demonstração do Resultado – X2.....	35
Quadro 7	Balanço Patrimonial Final – X2.....	35
Quadro 8	Demonstração do Resultado – X3.....	36
Quadro 9	Balanço Patrimonial Final – X3.....	36
Quadro 10	Balanço Patrimonial Final – X1.....	37
Quadro 11	Demonstração do Resultado – X2	37
Quadro 12	Balanço Patrimonial Final – X2.....	37
Quadro 13	Demonstração do Resultado – X3	39
Quadro 14	Balanço Patrimonial Final – X3.....	39
Quadro 15	Balanço Patrimonial Final – X1.....	40
Quadro 16	Demonstração do Resultado – X2	40
Quadro 17	Balanço Patrimonial Final – X2.....	40
Quadro 18	Demonstração do Resultado – X3	41
Quadro 19	Balanço Patrimonial Final – X3.....	41
Quadro 20	Comparação da Apuração do Resultado através dos métodos de correção monetária integral, custo corrente e custo corrente corrigido.....	43
Quadro 21	Comparação do Patrimônio Líquido através dos métodos de correção monetária integral, custo corrente e custo corrente corrigido.....	43

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Funções da Contabilidade Gerencial.....	12
Figura 2	Etapas do Planejamento.....	15
Figura 3	Classificação dos Itens Monetários e Itens não Monetários.....	20
Figura 4	Custos correntes – eventos envolvidos.....	24
Figura 5	Valor da empresa e controladoria.....	31

SUMÁRIO

1.0 CONTEXTUALIZAÇÃO	6
1.1 Premissas	8
1.2 Divisão do Trabalho	8
2.0 A CONTABILIDADE GERENCIAL	9
Figura 2 – Etapas do Planejamento	15
2.1 Sistema com Base nos Valores de Entrada.....	17
2.1.1 Correção Monetária Integral.....	18
2.1.2 Custo Corrente	21
2.1.2.1 Vantagens	26
2.1.2.2 Desvantagens.....	26
2.1.3 Custo Corrente Corrigido	27
3.0 LUCRO E SUA MENSURAÇÃO.....	27
3.1 Manutenção do Capital.....	32
4.0 APURAÇÃO DO RESULTADO	34
4.1 Correção Monetária Integral	34
4.2 Custo Corrente	37
4.3 Custo Corrente Corrigido	40
4.4 Quadro Comparativo de Resultados.....	42
5.0 CONCLUSÃO	44
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

1.0 CONTEXTUALIZAÇÃO

Nas empresas comerciais e industriais, a má avaliação dos estoques e conseqüentemente do custo da mercadoria no momento da venda, poderá trazer sérias conseqüências no que diz respeito ao resultado apurado no período, uma vez que normalmente ele participa de um percentual relevante das vendas efetuadas no período.

Ratificando esta posição IUDÍCIBUS (2000:207) menciona que os estoques representam um elemento altamente relevante do ativo de muitas empresas e um ponto crítico para a determinação do resultado do período.

Desta forma há uma necessidade na condução do negócio de uma melhor avaliação dos estoques uma vez que os dados da Contabilidade Financeira não retratam as variações ocorridas no momento de sua reposição, acarretando em uma avaliação do resultado que não servirá como base na condução do empreendimento e tomada de decisões.

Devido à obediência aos princípios contábeis, os valores registrados deverão ser pelo valor original e especialmente no Brasil que não é levado em consideração o princípio da atualização monetária, os valores atualmente apurados na Demonstração do Resultado do Exercício de fato não poderão ser utilizados na administração do negócio.

Acerca da posição do Conselho Federal de Contabilidade, complacente com as regras federais quanto a não considerar os efeitos da inflação nas demonstrações, MARTINS (2002) expressa sua indignação dizendo que a classe contábil brasileira tem tanta coisa para copiar de muitos países estrangeiros em matéria de Contabilidade, bem como dos órgãos internacionais, e vamos copiar exatamente o que eles não entendem, e que nós entendemos muito, que são os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis.

Para tanto, deve a Contabilidade Gerencial se valer de mecanismos que melhor retratem a realidade da empresa e mensure o resultado do exercício de forma a manter tanto o capital físico como o monetário.

MARTINS (2000:37) afirma sobre os únicos fatores que, no longo prazo, podem fazer divergir a mensuração do lucro são: inflação e custo de oportunidade.

Um dos métodos que considera os efeitos inflacionários nas demonstrações é o custo corrente e o custo corrente corrigido, que reconhecem as variações de preços ocorridos nos ativos evitando assim que a empresa ao repô-los, não tenha capital monetário para fazê-lo, preservando assim também o capital físico do negócio.

Quanto os métodos utilizados pela Contabilidade no sentido de preservar a qualidade das informações e conseqüente apuração do lucro IUDICIBUS (1989:2) afirma:

“As formas de corrigir dados históricos e que variam desde uma mera correção em termos de poder aquisitivo médio [...] até as tentativas de corrigir primeiramente os dados pelas variações específicas de preços e em seguida pelas variações de algum índice geral de preços, constituem alguns dos progressos mais sensíveis conseguidos pela Contabilidade, desde a década de 20, para **preservar a relevância das informações contábeis**, tendo em vista certos cenários, principalmente os inflacionários”. (grifo nosso)

Desta forma surge o seguinte problema da presente pesquisa:

- A utilização do custo corrente, quanto a avaliação dos estoques e dos custos dos produtos, é método útil na apuração do resultado do exercício?
- As diferenças apuradas entre correção monetária integral, custo corrente e custo corrente corrigido, são relevantes na apuração do resultado do exercício?

Assume-se como hipótese que a contabilidade gerencial deve se valer do método de custo corrente ou do custo corrente corrigido na avaliação dos estoques e do custo do produto vendido, uma vez que existem variações de preços e que os mesmos deverão ser refletidos no patrimônio e na apuração do resultado do exercício, evitando-se desta forma a perda do capital físico da empresa.

Para tanto o presente estudo tem como objetivo demonstrar como é realizado a avaliação dos estoques e a apuração do resultado pelos métodos da correção integral, custo corrente e custo corrente corrigido, apresentando suas variações na apuração do resultado.

1.1 Premissas

Para o presente estudo assumem-se as seguintes premissas:

- A empresa é um sistema aberto;
- Os efeitos inflacionários influenciam no custo do produto;
- O custo de oportunidade deverá ser reconhecido na apuração do resultado do exercício;
- Os gestores tem a preocupação em manter tanto físico como monetário da empresa.

1.2 Divisão do Trabalho

O presente trabalho encontra-se com a seguinte estrutura, para assim procurar elucidar o objetivo proposto neste momento.

1. Contextualização – este capítulo procura demonstrar ao leitor os fatores que justificam o presente estudo, bem como sua problematização, hipótese e objetivo;
2. A Contabilidade Gerencial – o referido capítulo tem por objetivo situar a contabilidade gerencial em suas atribuições na empresa e a necessidade da mesma valer-se de mecanismos que a faça cumprir sua missão na empresa. Ainda neste capítulo é apresentado as formas de

avaliação dos ativos, especialmente dos estoques a valores de entrada e a conceituação da correção monetária integral;

3. Lucro e sua mensuração – o referido capítulo tem por objetivo trazer o conceito de lucro na visão de alguns autores; a idéia de manutenção do capital investido, seja ele físico ou monetário, para assim dar embasamento a forma de apuração do mesmo quando as metodologias propostas na avaliação a valores de entrada.
4. Apuração do Resultado – tem o presente capítulo o objetivo de demonstrar por meio de exemplos, como é realizada a apuração do resultado através das metodologias propostas com os ativos avaliados a valores de entrada;
5. Conclusão – o referido capítulo tem como objetivo responder o problema de pesquisa proposto, conforme o referencial teórico tratado ao longo do presente estudo.

2.0 A CONTABILIDADE GERENCIAL

Entre diversas definições oferecidas pela literatura, pode-se considerar que a contabilidade é uma ciência que registra, controla e orienta, as variações da riqueza no tempo, dessa forma o seu objeto fundamental é o patrimônio.

O objetivo básico da contabilidade é fornecer informações úteis que auxiliem os vários usuários em seu processo racional de tomada de decisões econômicas. Os usuários das informações contábeis têm necessidades diferentes, tanto no que se refere do tipo de decisão na qual estão interessados como também no tipo e forma de apresentação das informações.

Segundo PADOVEZE (2003) a Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro relativos aos atos e fatos da administração econômica.

É por meio desses demonstrativos que o gestor ao analisá-los, poderá obter dados e produzir informações de modo a utilizá-los na tomada de decisões de modo a gerar riqueza para a organização e aumentar seu patrimônio.

A Contabilidade, pois deve ser preditiva e fornecer informações e não apenas dados. No âmbito gerencial, o sistema de informações contábeis deve habilitar a otimização da distribuição dos recursos sob o controle de um responsável, com o fim de confrontar os resultados reais de suas ações com os esperados.

Quanto a função da Contabilidade Gerencial na empresa, MOSIMANN & FISCH (1999:104) mencionam a definição do grupo britânico de Contabilidade Gerencial do Conselho Anglo-Americano de Produtividade, a respeito do assunto da seguinte forma:

“A Contabilidade Gerencial consiste na apresentação de informações contábeis, de maneira a auxiliar a administração na definição de sua política e na operação diária de um empreendimento. A técnica contábil é de máxima importância porque opera como o maior e quase universal instrumento existente para a representação de fatos de modo que fatos da maior diversidade possam ser representados de um mesmo quadro. Não é a elaboração desses quadros que constitui a função da administração, **mas sim sua utilização**”. (grifo nosso)

A Contabilidade possibilita o conhecimento amplo das transações ocorridas nas empresas, porém, a maior importância não é apenas o conhecimento e sim, como elas afetaram as operações da empresa no todo e corrigi-los tornando a empresa melhor e mais competitiva.

Com isso a ela estará exercendo seu principal e primordial papel que é ir além dos registros e controles patrimoniais, é o exercício da orientação embasada em fatos ocorridos para o crescimento futuro da organização.

PADOVEZE (2003) menciona que a teoria da mensuração, trabalha com a questão de avaliação dos dados e por isso é importante que esta seja estabelecida corretamente. A teoria da informação vem de acordo com o seu propósito, que é de possibilitar a uma organização alcançar seus objetivos pelo eficiente uso de seus outros recursos.

A teoria da decisão segundo PADOVEZE (2003) é tida como o esforço para explicar como as decisões realmente acontecem; para a tomada de

decisões, ela objetiva solucionar problemas e manter o caráter preditivo através de um modelo de decisão e a tomada de decisões racionais depende de informações ou dados.

Face às definições e teorias expostas entende-se que a contabilidade deve servir de apoio para a tomada de decisões de modo para que isso ocorra deve-se elaborar as demonstrações com zelo atendendo aos fins de acordo com cada usuário, seja ele interno ou externo.

Tem a contabilidade gerencial sob sua incumbência o estabelecimento das métricas de modo a atender das idéias contidas acima, pois os relatórios emanados devem ser válidos e de efetiva utilização, encaixando-se como uma peça fundamental ao processo decisório na empresa.

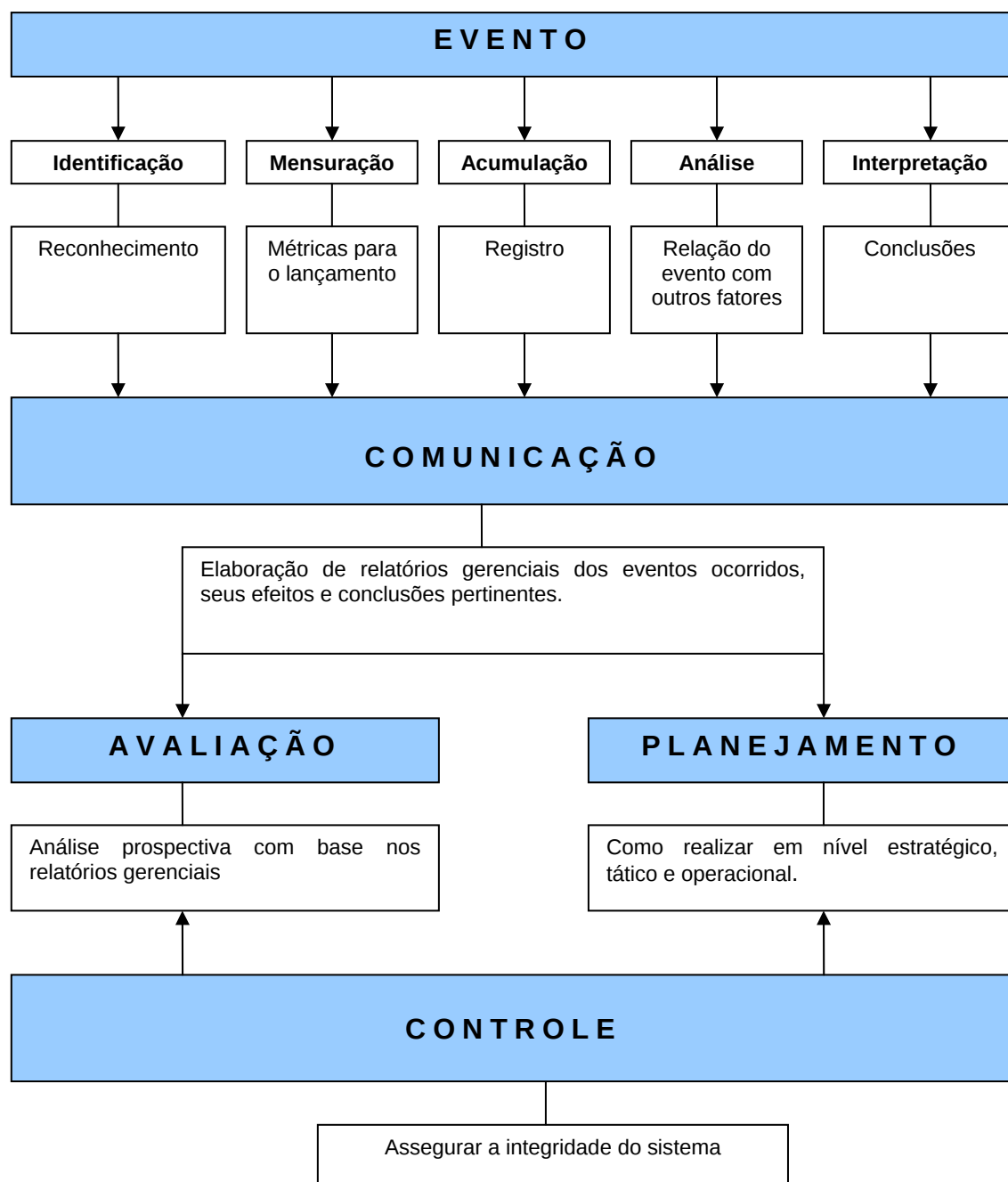
ATKINSON et all (2000:67) citam a definição de Contabilidade Gerencial segundo o Instituto de Contadores Gerenciais (*Institute of Management Accountig*) como o processo de identificação, mensuração, acumulação, análise preparação, interpretação e comunicação de informações financeiras usadas pela administração para planejar, avaliar e controlar.

- **Identificação** – reconhecimento e avaliação de transações empresariais;
- **Mensuração** – quantificação, incluindo estimativas, transações empresariais ou outros eventos econômicos que tem ocorrido ou previsões dos que podem acontecer;
- **Acumulação** – registrar e classificar transações empresariais apropriadas;
- **Análise** – determinação das razões para reportar a atividade e sua relação com outros eventos econômicos;
- **Preparação e Interpretação** – coordenação e planejamento de dados contábeis, provendo informações apresentadas logicamente, o que inclui, se apropriado, as conclusões referentes a esses dados.
- **Comunicação** – informação pertinente para a administração e outros para usos internos e externos;
- **Planejamento** – quantificação e interpretação dos efeitos das transações planejadas e outros eventos econômicos na empresa;
- **Avaliação** – tradução de dados em tendências e relações: comunicação das conclusões derivadas, efetivamente e prontamente, das análises;

- **Controle** – assegurar a integridade da informação financeira relativa às atividades e aos recursos da empresa;

Face à definição acima mencionada, a mesma poderá ser resumida conforma a Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Funções da Contabilidade Gerencial



FONTE: elaborada pelo autor

Conforme retrata a figura 1, a Contabilidade Gerencial deverá estabelecer bases conceituais de modo que ao reconhecer o evento, efetuar o lançamento pertinente para assim dar consistência aos relatórios por ela emitida.

Lembrando que evento segundo PARISI & NOBRE *in* Catelli (2001:113) é um conjunto de transações da mesma natureza ou classe [...] relacionado com um produto, com um serviço, ou ainda com o centro de responsabilidade que o causou.

PARISI, CORNACHIONE JUNIOR & VASCONCELOS *in* Catelli (2001:331) comentam que os eventos econômicos possuem as seguintes características:

1. alteram a situação patrimonial da empresa;
2. são previsíveis e, portanto, podem ser estruturados num sistema de informação;
3. dizem respeito ao desempenho da organização e acabam refletindo os modelos de decisão restritos dos gestores;
4. seus efeitos são mensuráveis monetariamente.

De tal sorte, a figura 1 retrata inicialmente a ocorrência do evento que em sua primeira etapa deverá ser identificado para assim com base nas métricas pré-estabelecidas ser efetuado o registro do referido evento.

Na etapa posterior será realizada uma análise dos eventos ocorridos para procurar relacioná-los com outros fatores que o provocaram, de forma a saber qual impacto o mesmo trouxe para a empresa e interpretar os dados transformando-os em informações gerenciais.

Neste momento faz-se necessário a partir do modelo de mensuração a realização da análise do impacto dos referidos eventos econômicos, que para ALMEIDA *in* Catelli (2002:313) deve possuir os seguintes conceitos:

- resultados tempo-conjunturais;
- **custos correntes a vista;**

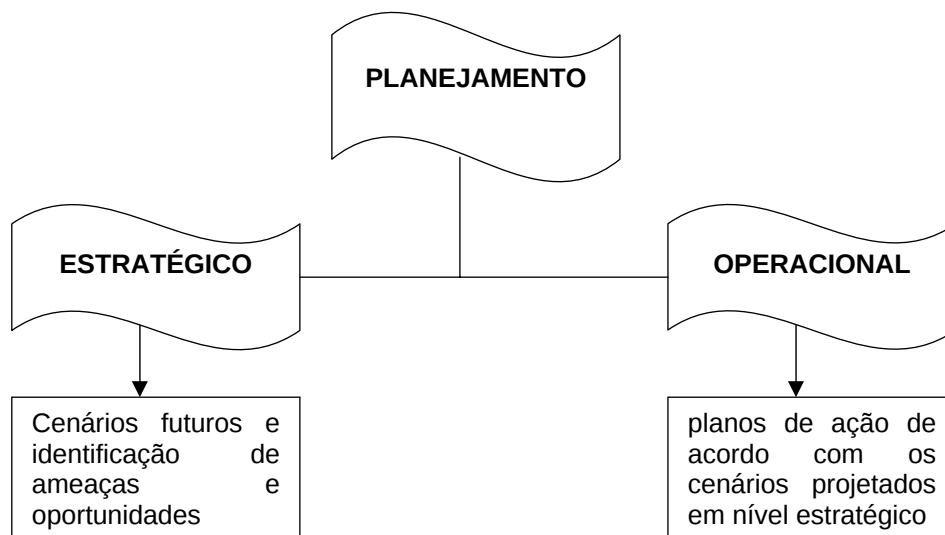
- **valor de mercado;**
- equivalência de capitais;
- **reconhecimento de ganhos pela valorização dos ativos;**
- reconhecimento de receita pela produção de bens e serviços;
- depreciação econômica;
- **moeda constante;**
- custeio direto;
- margem de contribuição;
- resultados econômicos operacionais;
- resultados econômico-financeiros;
- preço de transferência;
- custo de oportunidade;
- orçamentos (original, corrigido, ajustado);
- realizado (ao nível do padrão efetivo);
- variações (inflação, ajuste de plano, volume, eficiência);
- custos controláveis x não controláveis;
- centro de resultado, centro de investimento;
- custos fixos identificáveis;
- *goodwill*;
- controlabilidade. (grifo nosso)

O presente estudo tem conforme objetivo anteriormente exposto, abordar alguns dos pontos mencionados acima que é a avaliação dos estoques a custos correntes; a correção integral que vale-se de mecanismos para manter a moeda em poder aquisitivo constante e o reconhecimento de ganhos ou perdas pela valorização ou desvalorização dos estoques (ativos), bem como seus reflexos na apuração do resultado, que é tratado tanto no custo corrente, custo corrente corrigido e correção monetária integral.

Uma vez elaborado os relatórios gerenciais é feita uma avaliação dos mesmos procurando realizar uma análise prospectiva a partir das informações disponíveis nos relatórios, realizando um planejamento nos níveis estratégico e operacional, estabelecendo metas para cada uma das áreas envolvidas.

Em relação ao planejamento NAKAGAWA (1993:51) entende que é o processo que tem como objetivo produzir um ou mais resultados futuros desejáveis, que não ocorrerão a menos que se pratique uma ação, ou seja, o planejamento se preocupa tanto em evitar ações inadequadas, quanto em reduzir a frequência dos insucessos.

Figura 2 – Etapas do Planejamento



FONTE: elaborada pelo autor

No intuito de alcançar os objetivos pré-estabelecidos pela administração, a Contabilidade Gerencial deve levar em consideração as variáveis em que a empresa está sujeita em seu negócio, utilizando-se do planejamento como estratégia para o sucesso no cumprimento das metas propostas.

Nesse sentido MOSIMANN & FISCH (1999:47) definem que planejamento estratégico como o planejamento que, centrado na interação da empresa com seu ambiente externo, focalizando as ameaças e oportunidades ambientais e seus reflexos na própria empresa, evidenciando seus pontos fortes e fracos.

A partir do planejamento estratégico no qual foi identificado os cenários possíveis aos quais a empresa estará sujeita, isto é, as ameaças e oportunidades, é elaborado em plano operacional das possíveis ações de acordo com os cenários, para assim conduzir a empresa ao resultado ótimo.

Como última fase no sistema encontra-se o controle, que serve para monitorar e assegurar a integridade das informações, medir o desempenho das áreas e efetuar correções quando necessárias em relação ao desenvolvimento do planejamento, para assim alcançar as metas planejadas anteriormente.

Desta forma pode-se estabelecer diferenças entre as funções exercidas pela contabilidade financeira e a contabilidade gerencial nas empresas, uma vez que a contabilidade gerencial reporta-se essencialmente aos usuários internos, tem uma visão prospectiva do negócio, critérios subjetivos na avaliação dos eventos ocorridos, entre outros, resumidos conforme o quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Características básicas das contabilidades financeira e gerencial

	Contabilidade Financeira	Contabilidade Gerencial
Usuários dos relatórios	Externos e internos.	Internos
Objetivos dos relatórios	Facilitar a análise financeira para as necessidades dos usuários externos.	Objetivo especial de facilitar o planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão internamente.
Forma dos relatórios	Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.	Orçamentos, Contabilidade por Responsabilidade de Desempenho, Relatórios de Custo, Relatórios Especiais não-Rotineiros para facilitar a tomada de decisão.
Frequências dos relatórios	Anual, trimestral e ocasionalmente mensal.	Quando necessário pela administração.
Custos ou valores utilizados	Primariamente históricos (passados)	Históricos e esperados (previstos).
Bases de mensuração usadas para quantificar os dados.	Moeda corrente.	Várias bases (moeda corrente, moeda estrangeira, moeda forte medidas físicas, índices, etc.).
Restrições nas informações fornecidas	Princípios Contábeis Geralmente Aceitos.	Nenhuma restrição, exceto as determinadas pela administração.
Característica da informação fornecida	Deve ser objetiva (sem viés), verificável, relevante e a tempo.	Deve ser relevante e a tempo, podendo ser subjetiva, possuindo menos verificabilidade e menos precisão.
Perspectiva dos relatórios	Orientação histórica.	Orientada para o futuro, a fim de facilitar o planejamento, controle e avaliação de desempenho antes do fato (para impor metas), acoplada com uma orientação histórica para avaliar os resultados reais (para o controle posterior do fato).

FONTE: PADOVEZE (2002:11)

O sistema proposto pela Contabilidade Financeira por meio de seus princípios contábeis só teria uma maior validade para a gestão empresarial se o ambiente em que se encontra a empresa fosse de estabilidade econômica, o que nos dias atuais é muito difícil. Essa posição é ratificada por TINOCO (1992) mencionando que desde os seus primórdios os princípios contábeis geralmente aceitos, partiram da premissa de preços plenamente estáveis na economia.

Desta forma, tem a Contabilidade Gerencial sob sua responsabilidade prover relatórios que contenham informações onde de fato promovam base ao gestor tomar a melhor decisão no sentido da maximização dos lucros do negócio. Assim sendo a mesma se vale de mecanismos tais como a mensuração dos ativos a valores de entrada, para assim evidenciar as variações patrimoniais ocorridas no período com maior sustentabilidade e confiança.

2.1 Sistema com Base nos Valores de Entrada

Os valores de entrada representam valores obtidos no mercado de compra de uma utilidade ou então, os custos que a empresa teve, tem ou terá para obtenção de um ativo que foi, é ou será inserido dentro da organização. Este valor pode ser monetário ou não.

Assim tem-se os seguintes métodos de mensuração a valores de entrada:

- Custo histórico;
- Custo histórico corrigido;
- Custo corrente;
- Custo corrente corrigido.

Outrossim, não será objeto de análise neste momento os métodos de custo histórico e custo histórico corrigido, porém conforme exposto inicialmente

no problema e objetivo da presente pesquisa, será tratada a mensuração do resultado a partir da correção monetária integral.

2.1.1 Correção Monetária Integral

O método de correção integral do balanço é levado em consideração os efeitos inflacionários sobre todos itens tanto do Balanço Patrimonial como da Demonstração do Resultado do Exercício.

MATARAZZO (2003:106) comenta que a correção monetária integral, nada mais é do que a denominação que se deu ao processo de correção monetária em que todas as contas do Balanço e Demonstração do Resultado são convertidas numa moeda de capacidade aquisitiva constante.

Já HENDRIKSEN & BREDA (1999:84) entendem que as empresas acreditam haver benefícios muito pequenos numa regra contábil [...] isto aconteceu com a contabilidade visando reconhecer os efeitos da inflação, por exemplo, que foi abandonado porque seu custo superava seus benefícios.

No caso das empresas citadas por Hendirksen e Breda, tem-se a idéia que o custo para se manter um sistema onde corrija os valores em virtude do aumento do nível geral de preços é maior do que os benefícios gerados pela informação produzida considerando tais flutuações.

Porém a esse respeito SANTOS & BRAGA (1997:23) comentam que quando se toma períodos um pouco mais longos, por exemplo 5 ou 10 anos, percebe-se que os efeitos da inflação, quando não considerados nas demonstrações, poderão ser desastrosos, pois prejudicarão avaliações adequadas de rentabilidade, afetarão pagamentos de imposto de renda, dividendos, etc.

Portanto, inclusive no caso do Brasil que vive um período de certa estabilidade inflacionária, a mesma deverá ser reconhecida nos demonstrativos contábeis de modo a mensurar seu impacto nas empresas, principalmente no que tange sua análise em períodos de tempo superiores a cinco anos.

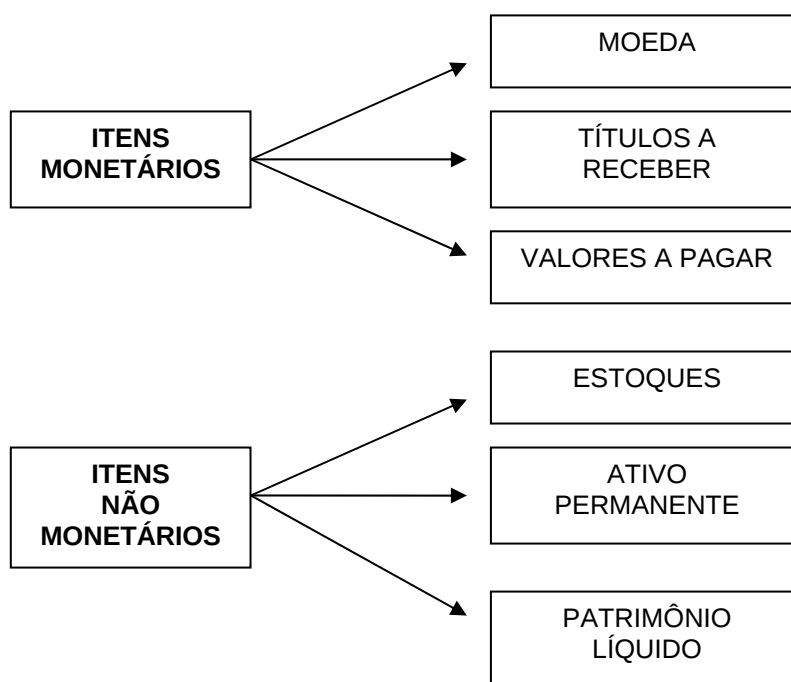
Quando a análise das demonstrações IUDICIBUS (1989:3) entende que mecanismos como o da correção integral [...] os analistas financeiros podem efetuar seus cálculos de quocientes expressando os números, no numerador e denominador, magnitudes monetárias comparáveis.

Existe a necessidade da adoção da correção monetária integral principalmente pelo fato dela reconhecer os efeitos inflacionários e no momento da análise dos demonstrativos os valores estarem em uma mesma base para efetuar as comparações necessárias.

Segundo ASSAF NETO (1983:20) esse critério [...] propõe um processo de atualização em seus vários registros, procurando destacar valores depurados da influência inflacionária de acordo com sua natureza e prazo de atividade.

Para tanto, a correção integral deverá ser realizada de acordo com efeitos provocados nos itens monetários e nos itens não monetários, pois para cada situação deverá ser reconhecido o ganho ou perda na correção, conforme classificação dos itens do Balanço Patrimonial, como demonstra figura 3 a seguir:

Figura 3 – Classificação dos Itens Monetários e Itens não Monetários



FONTE: elaborado pelo autor

Em uma situação de alta da inflação tem-se um ganho no passivo monetário uma vez que houve a desvalorização de uma obrigação. Por exemplo, na conta fornecedores o referido ganho deverá ser deduzido do custo da mercadoria vendida.

Partindo ainda de uma alta na inflação nos ativos monetários tem-se uma perda, uma vez que tanto os direitos como bens (aplicações de recursos) tiveram uma desvalorização. Por exemplo, a perda com a inflação de uma Duplicata a Receber deverá ser deduzida das Receitas de Vendas.

Segundo MATARAZZO (2003:115) em geral não existem ganhos ou perdas com a inflação, mas apenas compensações na demonstração do resultado.

Para ASSAF NETO (1983:21) as transações que afetam os ativos e passivos monetários podem ser encontradas:

- na compra e venda de *ativos não monetários* (por exemplo, estoques e ativos fixos);
- no aumento de capital por subscrição e integralização de novas ações;
- na distribuição de dividendos;
- em todas as despesas que afetam o ativo monetário e o passivo monetário (por exemplo, despesas operacionais).

É a partir dos referidos ajustes que a empresa passa a retratar com maior precisão seus valores patrimoniais e de resultado, uma vez que reconhece sua exposição à inflação.

2.1.2 Custo Corrente

Na década de 50, Thøedore Limperg entendia que para tomar decisões racionais o gestor deveria conhecer a qualquer tempo o valor de que estava sendo produzido e **quanto custaria à reposição** dos bens e serviços que estavam sendo vendidos. Para isso deveria possuir um eficiente sistema de contabilidade que privilegiasse a mensuração dos resultados sob o ponto de vista da manutenção do capital físico, TINOCO (1992). (grifo nosso)

Anterior a idéia transmitida por Limperg, SMITH (1983:78) em sua obra *A Riqueza das Nações*, já fazia referência à necessidade do preço de venda do produto ter que ser suficiente para pagar o preço dos materiais, os salários e os lucros do empresário.

“Ao trocar-se o produto acabado por dinheiro ou trabalho, ou por outros bens, além do que pode ser suficiente para pagar o preço dos materiais e os salários dos trabalhadores, deverá resultar algo para pagar os lucros do empresário, pelo seu trabalho e pelo risco que ele assume ao empreender esse negócio [...] com efeito, o empresário não poderia ter interesse algum em empenhar esses bens, se não esperasse da venda do trabalho de seus operários algo mais do que seria suficiente para **restituir-lhe o estoque, patrimônio ou capital investido**”. (grifo nosso)

Adam Smith revela que ao elaborar o preço de venda de um produto o empresário deverá de ter a noção do quanto foi empreendido no negócio de forma que com a realização das vendas possa haver o retorno do capital investido e manter os estoques no mesmo nível que antes da venda, parte daí a noção de reposição do ativo e manutenção do capital físico.

Além disso, transmite também a noção do risco inerente ao negócio, que deverá ser levado em consideração na formação do preço de venda, risco este atrelado ao custo de oportunidade que deverá ser levado em consideração na formação do preço de venda do produto.

IUDÍCIBUS (2000:114) entende que o custo corrente de um ativo, hoje, no estado em que se encontra, seria o somatório dos custos correntes dos insumos contidos em um bem igual ao originalmente adquirido menos sua depreciação.

Na realidade o custo corrente e o custo histórico são exatamente iguais no momento da aquisição, porém com as flutuações de preços em decorrência da inflação começa a ocorrer a diferença entre as duas metodologias de avaliação de ativos, especialmente dos estoques foco do presente estudo.

HENDRIKSEN & BREDAS (1999:268) entendem que os custos correntes refletem os preços que devem ser pagos por um ativo ou por sua utilização na data do balanço, ou na data da utilização ou venda [...] no caso dos estoques, o custo corrente é o preço corrente da aquisição da mercadoria ou o custo corrente para produzi-la.

Sob este prisma, se a correção dos estoques fosse realizado a partir de um indicador inflacionário que causa impacto na empresa (especialmente nos estoques, porém de maneira individualizada), o custo histórico corrigido se considerasse os itens não monetários seria semelhante ao custo corrente corrigido, pois retrataria o esforço que a empresa teria para adquirir ou repor os estoques.

É evidente que para se chegar ao referido índice no caso de uma empresa revendedora seria mais factível do que em uma empresa de transformação, no qual para compor a mercadoria seria necessário uma média ponderada de todos os custos e despesas diretas ao produto para se chegar ao referido indicador.

VASCONCELOS & SILVA (2002:50) comentam que dentre os métodos de entrada, o custo corrente ou de reposição é tido como o mais completo porque responde às seguintes indagações:

- se tivesse que montar uma fábrica com esta mesma estrutura, quanto teria que pagar? Esta resposta permite ao investidor analisar a relação custo x benefício ou, melhor dizendo, verificar a viabilidade de investimentos;
- quanto desembolsaria para repor este ou aquele ativo?

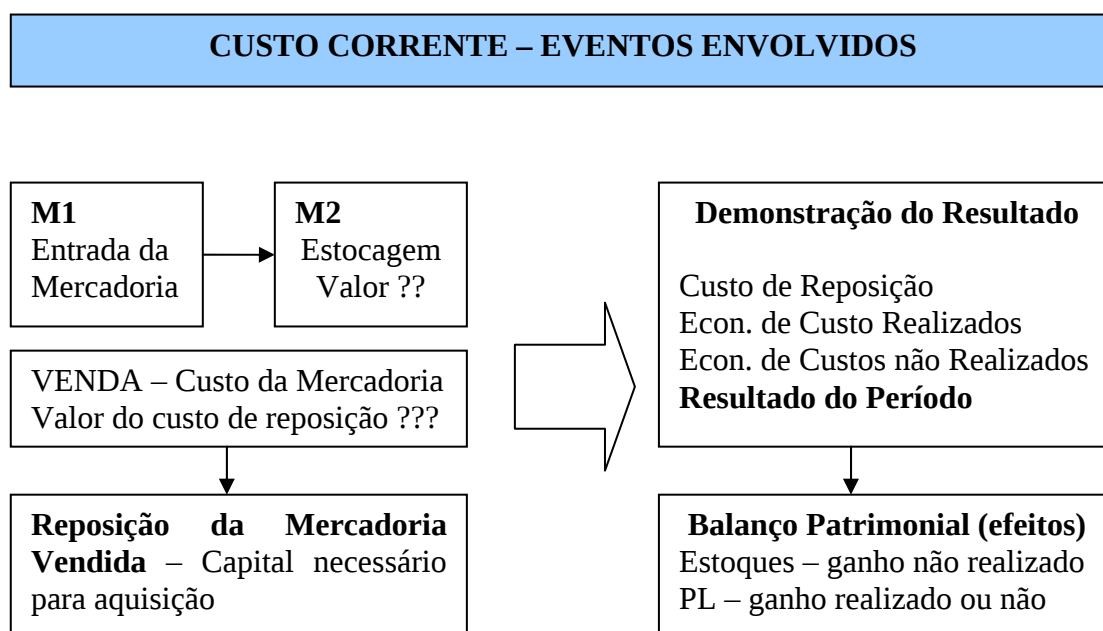
O sistema de custo corrente no momento que reconhece o valor para repor o ativo utiliza-se das seguintes terminologias:

- Economias (ou Deseconomias) de Custos Realizadas – refere-se a diferença apurada entre o valor corrente e o valor histórico, no caso para os itens alocados no processo produtivo, porém realizadas, por exemplo: um estoque avaliado a custo histórico por \$ 100 foi vendido e no momento da venda verificou-se que o mesmo passou a custar \$ 120. Neste caso será reconhecido o valor do custo da mercadoria vendida em \$120 e a economia de custos realizadas no resultado do exercício no valor de \$ 20.
- Economias (ou Deseconomias) de Custos não Realizadas – diferencia-se pelo fato de que o reconhecimento é feito porém fisicamente o estoque ainda não foi vendido, isto é, conforme o exemplo anterior supondo que mesmo que a mercadorias não foi vendida, porém mesmo assim seria efetuado o reconhecimento da economia porém não realizada em uma conta de resultado do exercício contra o acréscimo dos estoques.
- Ganhos (Perdas) de Capital não Realizados – refere-se aos ganhos ou perdas relativos aos ativos permanentes mantidos pela empresa no momento da variação ocorrida.

Uma outra questão em relação a utilização do custo corrente é quanto ao estabelecimento do critério a ser considerado para atribuir o valor do bem a ser repostado. Nesse sentido SZUSTER (1980:14) menciona quatro formas possíveis de utilização: a pesquisa de mercado, a pesquisa nos registros internos da empresa, a avaliação técnica por peritos e a adoção de índices específicos.

A figura a seguir demonstra os momentos a serem considerados na avaliação dos estoques pelo custo corrente, o que afeta diretamente o resultado e a avaliação dos referidos itens no Balanço Patrimonial.

Figura 4 – Custo corrente – eventos envolvidos



FONTE: elabora pelo autor

Observa-se pela figura 4, os fatos que envolvem o método de avaliação pelo custo corrente e uma das questões que ficam em termos operacionais é em que momento será utilizado o valor para avaliação dos estoques.

Em sua tese MEGLIORINI (2003) pesquisou 10 empresas dos setores de Petróleo, Petroquímica, hidráulica, pneumática, automação e do setor de movimentação e armazenagem de materiais, das quais extraiu alguns resultados de pesquisa.

Quadro 2 – Valorização de insumos na estimativa de custos

Crítérios	Número de Respostas
Pelo custo da última compra	2
Pelo custo da última compra corrigido	3
Pelo valor de mercado a vista	6
Pelo valor de mercado a prazo	3
Outro critério	0

FONTE: MEGLIORINI (2003:112)

Percebe-se que quanto a valorização dos estoques a maioria das empresas optam por avaliá-lo pelo valor de mercado a vista. Note que o universo da pesquisa foi de 10 empresas, porém houve um total de 14 respostas, mostrando que as empresas se valem de mais de um método para avaliar os estoques.

As empresas que optam por utilizar o custo da última compra corrigido, o autor questionou quanto ao critério utilizado para atualização, foi obtido apenas duas respostas no sentido de utilizar um índice de inflação e uma empresa se vale de outros critérios.

Quadro 3 – Percepção quanto à eventual melhoria da avaliação do resultado das encomendas advinda do uso do valor de mercado à vista

Respostas	Frequência relativa %
Concordo totalmente	40
Concordo	40
Nem concordo, nem discordo	0
Discordo	20
Discordo totalmente	0
TOTAL	100

FONTE: MEGLIORINI (2003:157) adaptado

Segundo MEGLIORINI (2003:157) as respostas refletem a importância percebida pelos gestores, de que a adoção deste conceito contribui para melhorar a compreensão dos resultados das encomendas. Desta forma percebe-se a necessidade que a contabilidade gerencial tem de estar utilizando o referido critério tanto na apuração do resultado do exercício como na formação do preço de vendas.

2.1.2.1 Vantagens

IUDÍCIBUS (2000:202) comenta que algumas vantagens consideradas pelos autores que defendem o uso de custo corrente de reposição são:

- permitem o confronto de receitas correntes com despesas correntes;
- é possível identificar as perdas ou ganhos pela manutenção de estoques;
- estimam os valores correntes dos inventários no final do período se a firma estiver ainda adquirindo normalmente tais insumos e se não pudermos aplicar ou não forem aplicáveis os valores realizáveis líquidos;
- superam as falhas dos custos históricos, que se tornam defasados com o decorrer do tempo;
- permitem aplicar a propriedade aditiva aos inventários;
- se os preços correntes tiverem sido obtidos de cotações correntes de compra, os valores são verificáveis e relativamente objetivos;
- dispensam recorrer a alguma base presumida de *fluxo físico* dos bens, necessária nos métodos mais tradicionais, como PEPS, UEPS e Média Ponderada.

MARTINS (2003:248) relata que a maior utilidade da adoção de custos de reposição, talvez seja seu uso para efeito prospectivo, ou seja, para se analisar e decidir sobre o futuro, posição esta que vem ao encontro com os objetivos da contabilidade gerencial, inclusive em uma situação de formação de preços de venda.

2.1.2.2 Desvantagens

Pelo fato do custo corrente ter como base a reposição dos produtos, em uma situação em que ocorrer a obsolescência do produto será difícil sua aplicação uma vez que não será encontrado similar no mercado, situação esta comum as empresas de alta tecnologia, por exemplo.

Uma outra desvantagem citada por SZUSTER (1980:17) é o não reconhecimento das variações causadas pelas mudanças no nível geral de preços, fator este considerado no custo corrente corrigido.

2.1.3 Custo Corrente Corrigido

O custo corrente corrigido é uma extensão do custo corrente, porém neste caso é levado em consideração os efeitos inflacionários sobre os itens monetários, o que no custo corrente não é levado em consideração.

Assim o custo histórico corrigido e o custo de reposição corrigido, segundo MARTINS (2001:75) seu objetivo principal consiste em proporcionar integridade ao denominador comum monetário, em termos de essência econômica, usado para avaliação dos itens patrimoniais e eventos que afetam a empresa.

Segundo TINOCO (1992:8) nesta teoria o lucro é definido pela diferença entre as receitas e as despesas (corrigidas pelas suas datas de formação), levando-se em consideração as perdas ou ganhos com a inflação e o acréscimo ou decréscimo relativo à diferença entre os ativos mantidos a custo corrente e a custo histórico (ambos corrigidos).

SZUSTER (1980:94) menciona como requisito decisivo para determinar a utilização do custo corrente corrigido [...] é a utilidade [...] esta consistirá do aprimoramento qualitativo e quantitativo das informações que serão proporcionadas.

3.0 LUCRO E SUA MENSURAÇÃO

Mensuração, em contabilidade, segundo HENDRIKSEN & BREDA (1999:319) é o processo de atribuição de valores monetários a objetos ou atividades associados a uma empresa.

A mensuração é uma atribuição de números a objetos ou eventos de acordo com regras, especificando-se o objeto a ser medido, a escala a ser usada e as dimensões da unidade. Assim, mensurando-se o valor econômico dos objetos ou eventos, estes serão convertidos para um padrão monetário, possibilitando o seu registro contábil.

A mensuração dos ativos não é tarefa simples. Todavia, segundo IUDÍCIBUS (2000:133) no âmago de todas as teorias para a mensuração dos ativos, encontra-se a vontade de que a avaliação represente a melhor quantificação possível dos potenciais de serviços que o ativo apresenta para a entidade.

Diante desse cenário, para poder atribuir um valor que de fato tenha uma função informativa para o gestor, esta mensuração deverá ser feita observando o real potencial de geração de riqueza futura aos seus investidores.

Em virtude da necessidade de se atribuir aos ativos o seu real benefício futuro, no caso do item mercadorias faz-se necessário a identificação do quanto que ela irá contribuir no momento em que será apurado o resultado, onde será avaliado o ganho realizado ou não pela sua estocagem de acordo com o valor de mercado.

Esse cuidado deverá ocorrer porque o referido item geralmente participa com um percentual significativo na apuração do resultado do exercício, de modo que sua subvalorização ou supervalorização estará afetando diretamente a mensuração do lucro ou prejuízo da empresa no período.

Segundo CATELLI & GUERREIRO *in* Catelli (2001:82) o conceito de lucro contábil, independentemente da forma como é aplicado, possui raízes filosóficas nos conceitos econômicos de lucro, capital e manutenção de capital ou riqueza.

SMITH (1983) inicialmente referiu-se a lucro como a renda auferida do patrimônio ou capital, pela pessoa que o administra ou o emprega. Essa noção é que o lucro deverá ser a contrapartida pelo capital empregado.

Esses conceitos estão implícitos nas declarações do FASB citado por HENDRIKSEN & BREDÁ (1999:181) em que lucro, no sentido amplo, é a variação do patrimônio de uma empresa durante um período, e o teste do sucesso (ou insucesso) das operações de uma empresa é a medida pela qual o dinheiro obtido é superior (ou inferior) ao dinheiro gasto (investido) no longo prazo.

Nas definições abordadas por Hendriksen e Breda, a primeira traz o conceito de *preservação* de capital, e o segundo é uma versão do conceito de *maximização* de lucro. É evidente no que tange a preservação de capital passa necessariamente pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários nas demonstrações financeiras, sob pena da diminuição dos fluxos líquidos de caixa.

HENDRIKSEN & BREDÁ (1999:183) citam Adam Smith no que refere-se a definição de lucro, como sendo o montante que pode ser consumido sem reduzir o capital, uma vez que ele é a expressão do retorno do capital investido, porém o mesmo deverá ser apurado de modo que após a distribuição do mesmo seja mantido o patrimônio da empresa.

A partir desse conceito, lucro e a preservação do capital, verifica-se a necessidade de adotar mecanismos para que o referido montante investido não perca seu “poder aquisitivo” no tempo.

Para que isso se concretize é de fundamental importância que tais mecanismos não só auxiliem as empresas quanto a gestão de seu ativo monetário, mas que também retratem a real situação patrimonial da mesma.

Diante dessas considerações a apuração do lucro através dos princípios contábeis tem determinadas características que para atender seu real conceito (lucro) de preservação do capital investido após sua distribuição não são válidas. A respeito das diferenças entre lucro contábil e o lucro econômico vide tabela 2, a seguir.

Quadro 4 – Diferenças na apuração do lucro contábil e lucro econômico

LUCRO	
Contábil	Econômico
1. Maior objetividade	1. Maior subjetividade
2. Apurado pelo confronto entre receitas realizadas pelas vendas e custos consumidor (ativos expirados)	2. Apuração pelo incremento no valor presente do patrimônio líquido.
3. Os ativos são avaliados na base de custos originais.	3. Os ativos são avaliados pelo valor presente do fluxo de benefícios futuros.
4. O patrimônio líquido aumenta pelo lucro.	4. O lucro deriva do aumento do patrimônio líquido da entidade.
5. Ênfase em custos.	5. Ênfase em valores.
6. Não reconhece ganhos não realizados.	6. Reconhecimento de ganhos realizados e não realizados.
7. Não se efetuam ajustes em função de mudanças nos níveis de preços dos bens.	7. São efetuados ajustes devido a mudanças nos níveis de preços dos bens na economia.
8. “Amarração” do lucro à condição de distribuição de dividendos.	8. “Amarração” do lucro à condição de aumento da riqueza, independentemente da condição de distribuição de dividendos.
9. Não reconhecimento do <i>goodwill</i> .	9. Reconhecimento do <i>goodwill</i> .
10. Utilização de regras e critérios dogmáticos.	10. Utilização de regras e critérios econômicos.

FONTE: CATELLI & GUERREIRO in Catelli (2001:88)

A preocupação em uma correta mensuração do resultado do período também está voltado para a questão da remuneração do capital investido e dessa forma tem-se a idéia da parcela do lucro passível de distribuição de forma a preservar tanto o capital monetário como o capital físico.

A objetividade proposta na contabilidade financeira não permite que as variações ocorridas no ambiente externo à empresa sejam reconhecidas de maneira preditiva, o que atualmente com a dinâmica existente torna-se nula sua mensuração para condução dos negócios.

PADOVEZE (2003:67) menciona que o modelo de apuração do lucro econômico decorre da avaliação do lucro pela diferença entre o Patrimônio Líquido no final do exercício e o Patrimônio líquido do início do exercício, conforme fórmula a seguir:

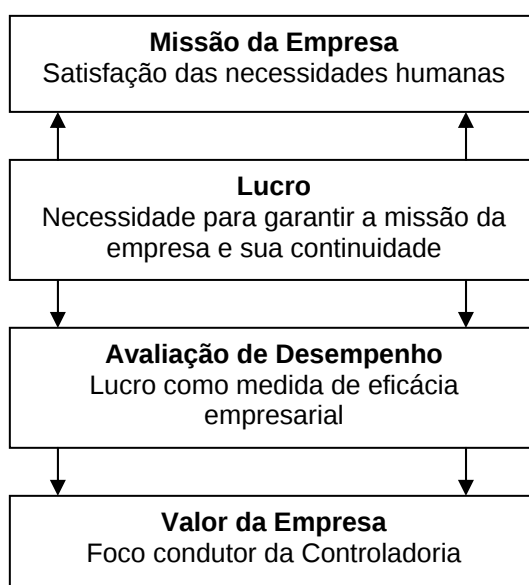
- **Lucro = Patrimônio Líquido final (-) Patrimônio Líquido inicial**

Este aspecto abordado por Padoveze é a noção da variação que há nos ativos e passivos da empresa, no que tange ao valor da empresa, onde o

Patrimônio Líquido deverá expressar a riqueza gerada, o que é ratificado por PEREIRA *in* Catelli (2001:225) onde afirma que o resultado econômico de uma organização refere-se à variação de sua riqueza em determinado período.

Portanto na apuração do resultado deverá ser levado em consideração esses fatores quanto a variação da riqueza e valor da empresa, conforme demonstra a figura 4 a seguir.

Figura 5 – Valor da empresa e controladoria



FONTE: PADOVEZE (2003:68)

Observa-se a importância de uma correta mensuração do lucro gerado pela empresa no sentido de que o mesmo afeta diretamente a composição do patrimônio e na questão de ser uma medida de desempenho da empresa.

Também deve-se ter o cuidado no que tange ao alcance do melhor resultado para a organização na composição e formação do preço de venda do produto, pois uma vez não observado os aspectos prospectivos como o custo corrente, poderá estar afetando significativamente o resultado da empresa e conseqüentemente seu patrimônio.

3.1 Manutenção do Capital

O capital é um dos elementos fundamentais da atividade econômico-empresarial, sendo assim a continuidade das entidades econômicas dependerá, da manutenção do seu capital.

A esse respeito DOMINAS (1998:45) afirma que:

“A empresa é constituída sob o pressuposto da continuidade. A garantia da continuidade só é obtida quando as atividades realizadas geram um resultado líquido no mínimo suficiente para assegurar a reposição de todos os seus ativos consumidos no processo de realização de tais atividades. Todas as estratégias, planos, metas e ações que a empresa implementa devem orientar, em última instância, a otimização do lucro. O lucro, portanto, é a melhor e a mais consistente medida da eficácia da organização”.

Cabe à contabilidade a função de apurar o lucro da entidade, e os conceitos de capital físico e capital monetário influenciam diretamente essa apuração, pois enquanto um está diretamente relacionado a questão operacional e outro está relacionado a questão financeira da empresa.

Sendo o capital um dos elementos fundamentais dentro da atividade econômica empresarial, a sobrevivência das entidades econômicas dependerá de sua manutenção.

Segundo SZUSTER (1985:11) o conceito monetário considera o total do valor investido pelos acionistas na empresa como o capital necessário de ser mantido [...] este conceito é tido como consistente ao objetivo básico do investidor que deseja preservar e incrementar o valor monetário do seu investimento.

O conceito de manutenção do capital monetário está ligado aos recursos monetários investidos na empresa. Capital monetário é o capital investido corrigido em termos de poder de compra, representando a manutenção monetária dos valores investidos.

Nesse conceito a empresa deve procurar manter a sua capacidade em termos monetários, isto é, deve manter o capital inicial investido, corrigido monetariamente por índices gerais de preços.

O conceito de capital monetário está ligado basicamente à figura do patrimônio líquido, como fonte de recursos para a empresa, não havendo estrita vinculação com os elementos do ativo.

Já o conceito de capital físico segundo SZUSTER (1985:11) admite que o patrimônio da empresa é quantificado em termos de uma capacidade de operação, medida através do conjunto de bens necessários a esta, mensurados à data da avaliação.

O conceito do capital físico está ligado a capacidade da empresa em manter sua capacidade operacional, medida através do conjunto de bens necessários às suas atividades operacionais, tais como o produto, equipamentos, edifícios, e materiais utilizados no processo produtivo.

Segundo JALORETTO (1992:4) a manutenção do Capital Físico representa a manutenção da capacidade operacional inicial, permitindo a continuidade da empresa, porém, sua aplicação prática é dificultada pela multiplicidade de alterações que podem acontecer nos métodos de produção, nas linhas de produto, na inclusão de novas tecnologias e no próprio mercado, envolvendo necessidades de capital.

Nesse conceito de manutenção de capital, a reposição dos ativos é ponto fundamental, pois a manutenção do capital físico requer que o patrimônio da empresa seja quantificado em termos de capacidade de operação física, medida através do conjunto de bens necessários a tal operação.

Portanto só haverá lucro quando o patrimônio da empresa expresso em termos de capacidade de operação superar o investimento nos ativos necessários para garantir um mesmo nível de operações ou atividade.

A aplicação prática do conceito de manutenção do capital físico esbarra na falta de objetividade, principalmente na dificuldade em encontrar-se similares no mercado para o cálculo do valor de reposição.

No caso específico dos estoques, quando não for possível da empresa apurar o resultado com base no custo corrente SZUSTER (1985:24) entende que esta deve tomar medidas prudentes para que possa ocorrer a manutenção da capacidade física.

Outro ponto que vai além de manter a capacidade operacional da empresa, refere-se a questão da empresa ter que aumentar esta capacidade uma vez que ela encontra-se em um sistema concorrencial e sendo assim deverá ter o cuidado de observar tendências de modo a reter parte do lucro apurado para aumentar sua capacidade operacional.

4.0 APURAÇÃO DO RESULTADO

O presente capítulo tem como objetivo demonstrar o resultado a partir da avaliação a valores de entrada propostos no presente trabalho, isto é, custo corrente e custo corrente corrigido, e através da correção monetária integral, para que assim seja analisado cada item para posterior análise e conclusão a respeito.

4.1 Correção Monetária Integral

Considere o seguinte Balanço Patrimonial da empresa Alpha existente ao final do ano de X1:

Quadro 5 – Balanço Patrimonial Final – X1

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
Caixa	2.000	Capital	10.000
Estoques	8.000		

FONTE: DOMINAS (1998:81)

Durante o ano de X2, ocorreram os seguintes eventos:

- Venda de 50% do saldo existente em estoques pelo valor de \$ 4.800;
- O nível geral de preços no ano foi de 10%;

A Demonstração de Resultado do exercício e o Balanço Patrimonial assim seriam demonstrados.

Quadro 6 – Demonstração do Resultado – X2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM X2	
Receita de Vendas	4.800
Custo das Mercadorias Vendidas	(4.400)
Margem de Contribuição	400
Perdas no Caixa	(200)
Lucro Líquido	200

FONTE: DOMINAS (1998:82) adaptado

Quadro 7 – Balanço Patrimonial Final – X2

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
Caixa	6.800	Capital	11.000
Estoques	4.400	Lucros	200

FONTE: DOMINAS (1998:82) adaptado

As alterações nos saldos apresentados no Balanço Patrimonial ao final do ano de X2, referem-se aos seguintes eventos:

1. Caixa – aumento em contrapartida do valor das vendas em \$ 4.800, porém reconhecida a perda de \$ 200 referente a aplicação da taxa de 10% sobre o saldo existente de \$ 2.000;
2. Estoques – redução em 50% em contrapartida do custo das mercadorias vendidas, mas foram atualizados em 10%, conforme nível geral de preços ($\$ 8.000 \times 10\% = \$ 8.800$);
3. Lucros – aumento de \$ 200 em contrapartida do lucro do exercício apurado na demonstração do resultado do exercício, que foi afetado pela conta perda da conta caixa em \$ 200;
4. Capital – foi corrigido à taxa de 10%, passando a ter um valor total de \$ 11.000;

No ano de X3 ocorreram os seguintes eventos:

- Venda do saldo remanescente nos estoques ao valor de R\$ 5.520;
- Taxa no nível geral de preços no ano foi de 10%;

Quadro 8 – Demonstração do Resultado – X3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM X3	
Receita de Vendas	5.520
Custo das Mercadorias Vendidas	(4.840)
Margem de Contribuição	680
Perdas no Caixa	(680)
Lucro Líquido	0

FONTE: DOMINAS (1998:83) adaptado

Quadro 9 – Balanço Patrimonial Final – X3

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
Caixa	12.320	Capital	12.100
Estoques	0	Lucros	220

FONTE: DOMINAS (1998:83) adaptado

As alterações nos saldos apresentados no Balanço Patrimonial ao final do ano de X3, referem-se aos seguintes eventos:

1. Caixa – aumento em contrapartida do valor das vendas em \$ 5.520, porém realizado reconhecimento da perda do período no montante de \$ 680 ($\$ 6.800 \times 10\%$);
2. Estoques – redução de 100% em contrapartida do custo das mercadorias vendidas, mas foram atualizados em 10%, conforme nível geral de preços ($\$ 4.400 \times 10\% = \$ 4.840$);
3. Resultado do Exercício – igual a zero, que foi afetado pelo reconhecimento das perdas ocorridas na conta caixa em \$ 680 no período;
4. Capital e Lucros (PL) – valor total corrigido à taxa de 10% conforme nível geral de preços fixado para o período.

4.2 Custo Corrente

Seguindo o mesmo exemplo apresentado anteriormente a empresa Alpha apresentou o Balanço Patrimonial ao final do ano X1 com os seguintes saldos:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial Final – X1

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
Caixa	2.000	Capital	10.000
Estoques	8.000		

FONTE: DOMINAS (1998:86)

Durante o ano de X2, ocorreram dos seguintes fatos:

- a) Venda de 50% do saldo existente nos estoques pelo valor de R\$ 4.800;
- b) O custo corrente dos estoques aumentaram em 20% no período;

Diante dos fatos ocorridos no ano de X2, a Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial apresentaram os seguintes resultados:

Quadro 11 – Demonstração do Resultado – X2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM X2	
Receita de Vendas	4.800
Custo das Mercadorias Vendidas	(4.800)
Margem de Contribuição	0
Economia de Custos Realizados	800
Economia de Custos não Realizados	800
Lucro Líquido	1.600

FONTE: DOMINAS (1998:86) adaptado

Quadro 12 – Balanço Patrimonial Final – X2

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
Caixa	6.800	Capital	10.000
Estoques	4.800	Lucros	1.600

FONTE: DOMINAS (1998:86)

As alterações nos saldos apresentados no Balanço Patrimonial ao final do ano de X2, referem-se aos seguintes acontecimentos:

1. Caixa – aumento em contrapartida do valor das vendas em \$ 4.800;
2. Estoques – redução em 50% em contrapartida do custo das mercadorias vendidas, mas foram atualizados em 20%;
3. Lucros – aumento de \$ 1.600 em contrapartida do lucro do exercício apurado na demonstração do resultado do exercício. O lucro do exercício foi resultado do ganho realizado e do ganho não realizado dos estoques uma vez que o mesmo teve uma variação de 20% no período.
4. Capital – o mesmo não foi atualizado uma vez que o método de custo corrente não considera os efeitos inflacionários no referido item.

Segundo DOMINAS (1998:87) o termo economias de custo realizadas para a parte que se refere aos ganhos de estocagem com as mercadorias que foram vendidas, já o termo economias de custo não realizadas é usado para ganhos de estocagem com as mercadorias que não foram vendidas.

Observe que o ganho total de estocagem é reconhecido no patrimônio líquido, mesmo que não tenha sido realizada uma parcela desse ganho pela venda dos estoques, pela contrapartida do resultado do exercício.

Segundo SZUSTER (1980:15) existem defensores [...] que propõem que a parcela não realizada conste apenas no valor do Patrimônio Líquido, não transitando pela Demonstração de Resultados [...] esta de encerraria no Lucro Realizado.

Continuando o referido exemplo, a empresa no ano de X3 vendeu o saldo remanescente do estoque de mercadorias à vista no valor de \$ 5.520 e para simplificação do exemplo, também ocorreu no último dia do período. Deverá ser considerado o aumento de 15% na conta estoques.

Quadro 13 – Demonstração do Resultado – X3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM X3	
Receita de Vendas	5.520
Custo das Mercadorias Vendidas	(5.520)
Margem de Contribuição	0
Economia de Custos Realizado	720
Economia de Custos não Realizado	0
Lucro Líquido	720

FONTE: DOMINAS (1998:88) adaptado

Quadro 14 – Balanço Patrimonial Final – X3

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
Caixa	12.320	Capital	10.000
		Lucros	2.320

FONTE: DOMINAS (1998:88)

As alterações nos saldos apresentados no Balanço Patrimonial ao final do ano de X3, referem-se aos seguintes acontecimentos:

1. Caixa – aumento em contrapartida do valor das vendas em \$ 5.520;
2. Estoques – redução em 100% em contrapartida do custo das mercadorias vendidas, mas foram atualizados em 15%;
3. Lucros – aumento de \$ 720 em contrapartida do lucro do exercício apurado na demonstração do resultado do exercício. No lucro do exercício foi reconhecido ganho realizado pela valorização dos estoques em 15%.
4. Capital – o mesmo não foi atualizado uma vez que o método de custo corrente não considera os efeitos inflacionários no referido item.

Note que muito embora os estoques tenham sido corrigidos e reconhecido seu ganho, o custo corrente tem apenas a preocupação de manter o capital físico da empresa, não reconhece o efeito da inflação sobre o capital monetário, isto é, sobre o saldo do caixa e no capital investido.

Se for considerado ao final do ano de X3 a necessidade de uma nova compra de mercadorias ao mesmo nível a empresa possui dinheiro suficiente

no caixa, porém se a mesma tivesse distribuído os lucros apurados o saldo seria igual ao capital inicial, isto é, \$ 10.000, o que não comportaria uma nova compra de mercadoria que seria no valor de \$ 11.040.

4.3 Custo Corrente Corrigido

Utilizando-se do mesmo exemplo praticado anteriormente será desenvolvido a apuração do resultado e os saldos do balanço patrimonial praticando o custo corrente corrigido, assumindo que os estoques aumentaram em 20% e o aumento no nível geral de preços foi de 10%.

Quadro 15 – Balanço Patrimonial Final – X1

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
Caixa	2.000	Capital	10.000
Estoques	8.000		

FONTE: DOMINAS (1998:90)

Supondo que os estoques foram vendidos em 50% e foram vendidos pelo valor de \$ 4.800, a demonstração do resultado do exercício em X2 ficará da seguinte forma.

Quadro 16 – Demonstração do Resultado – X2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM X2	
Receita de Vendas	4.800
Custo das Mercadorias Vendidas	(4.800)
Margem de Contribuição	0
Economia de Custos Realizados	400
Economia de Custos não Realizados	400
Perdas no Caixa	(200)
Lucro Líquido	600

FONTE: DOMINAS (1998:90) adaptado

Quadro 17 – Balanço Patrimonial Final – X2

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
Caixa	6.800	Capital	11.000
Estoques	4.800	Lucros	600

FONTE: DOMINAS (1998:90)

As alterações nos saldos apresentados no Balanço Patrimonial ao final do ano de X2, referem-se aos seguintes acontecimentos:

1. Caixa – aumento em contrapartida do valor das vendas em \$ 4.800;
2. Estoques – redução 50% em contrapartida do custo das mercadorias vendidas, com a correção de 20% devido ao valor de sua reposição e perda em 10% devido a perda pela inflação no período, fazendo com que a economia realizada e a não realizada diminuísse em 50%;
3. Lucros – aumento de \$ 600 em contrapartida do lucro do exercício apurado na demonstração do resultado do exercício, porém, com aumento de R\$ 800 pela Economia de Custos Realizados e Não Realizados, e diminuição de \$ 200, devido a aplicação da taxa de 10% sobre o saldo existente em caixa, que é a perda do poder aquisitivo;
4. Capital – aumento em \$ 1.000 devido a correção pelo índice da inflação de 10% no período.

Valendo-se dos mesmos eventos ocorridos no ano de X3 nos exemplos anteriores, porém considerando que a correção dos estoques em 15% e aumento no nível geral de preços em 10%, a demonstração do resultado e o balanço patrimonial ficariam assim demonstrados.

Quadro 18 – Demonstração do Resultado – X3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM X3	
Receita de Vendas	5.520
Custo das Mercadorias Vendidas	(5.520)
Margem de Contribuição	0
Economia de Custos Realizados	240
Perdas no Caixa	(680)
Prejuízo Líquido	(440)

FONTE: DOMINAS (1998:91) adaptado

Quadro 19 – Balanço Patrimonial Final – X3

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
Caixa	12.320	Capital	12.100
Estoques		Lucros	220

FONTE: DOMINAS (1998:92)

As alterações nos saldos apresentados no Balanço Patrimonial ao final do ano de X2, refere-se aos seguintes acontecimentos:

1. Caixa – aumento em contrapartida do valor das vendas em \$ 5.520;
2. Estoques – redução 100% em contrapartida do custo das mercadorias vendidas, com a correção de 15% devido ao valor de sua reposição e diminuição de 10% na Economia de Custos Realizada devido a taxa de inflação do período;
3. Prejuízo do exercício – aumento de \$ 1.040 em relação ao período X2 (Lucro \$ 600 + Prejuízo de 440) devido a desvalorização do caixa no período ($\$ 6.800 \times 10\% = \$ 680$) apurado na demonstração do resultado do exercício, porém, com aumento de R\$ 240 pela Economia de Custos Realizados (Estoques $\$ 4.800 \times 15\%$ - taxa do custo corrente = \$ 720 e aplicação da taxa de inflação em 10% = \$ 480 – Economia de Custo Realizado = \$ 240).
4. Lucro (patrimônio líquido) = aumento pela correção de 10% ($\$ 600 \times 10\% = 660$) e redução de \$ 440, devido ao prejuízo do exercício ($\$ 660 - \$ 440 = \$ 220$ saldo final em X3).
5. Capital – aumento em \$ 1.100 devido a correção pelo índice da inflação de 10% no período.

4.4 Quadro Comparativo de Resultados

Para se ter uma melhor visualização dos resultados obtidos pelos métodos de correção monetária integral, custo corrente e custo corrente corrigido, a seguir será apresentado dois quadros resumo para melhor entendimento das diferenças apuradas por cada um dos métodos apresentados.

Quadro 20 – Comparação da Apuração do Resultado através dos métodos de correção monetária integral, custo corrente e custo corrente corrigido

Demonstração de Resultados						
Métodos de Avaliação	Correção Monetária Integral		Custo Corrente		Custo Corrente Corrigido	
	X2	X3	X2	X3	X2	X3
Receita de Vendas	4.800	5.520	4.800	5.520	4.800	5.520
Custo das Merc. Vendidas	(4.400)	(4.840)	(4.800)	(5.520)	(4.800)	(5.520)
Margem de Contribuição	400	680	0	0	0	0
Econ. De Custo Realizado			800	720	400	240
Econ. De Custo não Realiz.			800		400	(680)
Perdas no Caixa	(200)	(680)			(200)	
Resultado Líquido	200	0	1.600	720	600	(440)

FONTE: DOMINAS (1998) adaptado

Nota-se de maneira geral que há uma queda no resultado da empresa em todos os métodos apurados, porém no caso da correção monetária integral o valor de lucro apurado em X2 (\$ 200) e em X3 (0), foi menor de todos métodos apresentados.

No caso do custo corrente é o método que houve a maior apuração de lucros a distribuir, um total de \$ 2.320, porém o referido método não considera os efeitos inflacionários nos itens monetários e o capital permanece inalterado, isto é, ao final do período com o mesmo saldo que iniciou em X2 - \$ 10.000, conforme quadro 21.

Quadro 21 – Comparação do Patrimônio Líquido através dos métodos de correção monetária integral, custo corrente e custo corrente corrigido

Patrimônio Líquido						
Métodos de Avaliação	Correção Monetária Integral		Custo Corrente		Custo Corrente Corrigido	
	X2	X3	X2	X3	X2	X3
Capital	11.000	12.100	10.000	10.000	11.000	12.100
Lucro (prej.) acumulados	200	220	1.600	2.320	600	220
Total	11.200	12.320	11.600	12.320	11.600	12.320

FONTE: DOMINAS (1998) adaptado

Partindo da premissa que a empresa deveria encerrar os períodos e ter capital monetário para repor os ativos ou no caso em questão os estoques, o valor que deveria ser reposto ao final de X3 é o montante de \$ 11.040.

Pelo método do custo corrente o saldo remanescente em caixa de \$ 12.320 seria suficiente para repor os estoques, porém ao considerar que a empresa apurou \$ 2.320 de lucros, se então fossem distribuídos em sua totalidade o saldo em caixa não seria suficiente para repor os estoques no mesmo nível que do início do ano de X2, pois o saldo da conta encerraria em \$ 10.000, isto se devo ao fato de que o capital investido permaneceu inalterado (não corrigido) encerrando o período de X3 no valor de \$ 10.000.

Por meio do método da correção monetária integral observou-se que a empresa encerrou o ano de X3 com um total na conta caixa de \$ 12.320, e ao considerar que deverá ser repostos os estoques no valor total de \$ 11.040, a empresa possui capital monetário suficiente para fazê-lo e ainda distribuir o lucro apurado no ano X2 devidamente corrigido (\$ 220).

Analisando o método do custo corrente corrigido, ao final do ano X3 a conta de lucros continha um saldo de \$ 220, e o patrimônio líquido idêntico ao apurado pelo método da correção monetária integral, desta forma o referido método dispõe de capital suficiente para distribuir o saldo remanescente em lucros e ainda repor os estoques.

Na realidade o saldo remanescente no patrimônio líquido apurado pelos métodos de custo corrente corrigido e correção monetária integral encerraram com os mesmos saldos em virtude da empresa não ter repostos os estoques e ter realizado a venda em sua totalidade.

5.0 CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objetivo demonstrar como é realizada a avaliação dos estoques e a apuração do resultado através dos métodos de custo corrente, custo corrente corrigido e correção monetária integral de modo a evidenciar suas diferenças e sua utilização pela contabilidade gerencial.

A partir o estudo procurou se demonstrar as funções inerentes à contabilidade gerencial quanto sua responsabilidade em fornecer informações úteis para a tomada de decisão.

Em seguida foi abordado as definições quanto ao custo corrente, custo corrente corrigido e correção monetária integral, os quais serviram de embasamento teórico para assim elaborar o capítulo 4, que condiz quanto a elaboração das demonstrações de resultado e sua apuração.

Para tanto foi necessário uma abordagem quanto a definição de lucro, para que assim ao final do presente estudo fosse utilizado como embasamento na presente conclusão.

Conforme análise realizada no capítulo anterior, verificou-se que o método do custo corrente muito embora reconheça as variações dos estoques, o fato dele não reconhecer as variações nos demais itens faz com que o lucro apurado seja incompatível com as definições apresentadas no capítulo 3 do presente estudo.

Isto é, ao considerar que o lucro deverá ser a quantia que se distribuído a empresa deverá estão ao final do período tão bem quando em seu início, o método do custo corrente se for considerado o lucro de cada período distribuído, a empresa terminaria ao final do ano de X3 sem condições de repor os estoques uma vez que o saldo do caixa seria de \$ 10.000 e os estoques a serem repostos comporiam o total de \$ 11.040.

Já pelos métodos de correção monetária integral e custo corrente corrigido, mesmo a empresa distribuindo os lucros apurados nos ano de X2, uma vez que X3 não foi apurado lucro em nenhum dos dois métodos, a mesma teria condições de realizá-lo e ainda repor os estoques.

Por fim, o método do custo corrente muito embora apresente-se como um método útil na apuração do resultado do exercício; se comparado com os métodos de custo corrente corrigido e correção monetária integral e referido

método torna-se incompleto pelo fato de não reconhecer os efeitos inflacionários nos itens monetários.

Já pelos métodos de custo corrente corrigido e correção monetária integral, verificou-se que ao final do ano de X3 o resultado apurado foi idêntico em virtude na empresa ter encerrado o período sem ter repostos os estoques.

Quanto a diferença apurada entre os métodos, fica claro que a principal delas foi em relação ao método de custo corrente, uma vez que encerrou o período com um saldo de \$ 2.320 na conta de lucros, uma diferença relevante se comparado aos demais métodos de apuração e que por sua vez se distribuídos haveria uma descapitalização na empresa.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lauro Brito de *in* Catelli (coordenador). **Controladoria: uma abordagem da Gestão Econômica – GECON**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSAF NETO, Alexandre. **Aspectos da Projeção de Resultados e Análise do Preço de Venda e Ponto de Equilíbrio de Empresas Inseridas em Contexto Inflacionário – o caso brasileiro**. Tese apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1983.

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

CATELLI, Armando; GUERREIRO, Reinaldo *in* Catelli (coordenador). **Controladoria: uma abordagem da Gestão Econômica – GECON**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.

DOMINAS, Walter Rodrigues. **Custo Corrente Corrigido: um estudo sobre sua utilização pelas companhias abertas**. Tese de Mestrado, FEA/USP, São Paulo, 1998.

HENDRIKSEN, Eldon S., BREDAS, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Lucro Contábil - Crepúsculo ou Ressurgimento?** In Caderno de Estudos FIPECAFI nº 1. São Paulo, 1989.

JALORETTO, José Gilberto. **Lucro Distribuível.** In Caderno de Estudos FIPECAFI nº 5. São Paulo, 1992.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços – abordagem básica e gerencial.** 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

MATINS, Eliseu. **Avaliação de Empresas: da mensuração contábil à econômica.** In Cadernos de Estudos – FIPECAFI. São Paulo, 2000.

MARTINS, Eliseu. **A posição do Conselho Federal de Contabilidade com relação à atualização monetária dos balanços.** IOB – Caderno Temática Contábil e Balanços, nº 15. São Paulo, 2002.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 9ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

MEGLIORINI, Evandir. **Análise Crítica dos Conceitos de Mensuração Utilizados por Empresas Brasileiras Produtoras de Bens de Capital sob Encomenda.** Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuaria da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello, FISCH, Sílvio. **Controladoria: seu papel na administração de empresas.** 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução à controladoria: conceitos, sistemas, implementação.** 1ª edição. São Paulo: Atlas, 1993.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Controladoria Estratégica e Operacional, Conceitos, Estrutura, Aplicação.** 1º edição. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2003.

PARISI, Cláudio; NOBRE, Waldir de Jesus *in* Catelli (coordenador). **Controladoria: uma abordagem da Gestão Econômica – GECON.** 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.

PARISI, Cláudio; CORNACHIONE JUNIOR, Edgard Bruno; VASCONCELOS, Marco Túlio de Castro *in* Catelli (coordenador). **Controladoria: uma abordagem da Gestão Econômica – GECON.** 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREIRA, Carlos Alberto *in* Catelli (coordenador). **Controladoria: uma abordagem da Gestão Econômica – GECON**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Avaliação Patrimonial em Contabilidade a Valores de Entrada e de Saída**. Caderno de Estudos nº 6 – FIPECAFI. São Paulo, 1992.

SANTOS, Ariovaldo dos; BRAGA, Roberto. **Resultado do Exercício: as empresas localizadas em países de baixa inflação são ou não afetadas?** In V Congresso Internacional de Custos Acapulco, México, jul/1997.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas – volume I**. Tradução – Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SZUSTER, Natan. **Métodos Contábeis de Reconhecimento da Variação do Poder Aquisitivo da Moeda: uma aplicação prática**. Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1980.

SZUSTER, Natan. **Análise do Lucro Passível de Distribuição: uma abordagem reconhecendo a manutenção do capital da empresa**. Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985.

VASCONCELOS, Yumara Lucia; SILVA, Cleide Carneiro Alves. **Avaliação de ativos: uma análise crítica**. Revista Brasileira de Contabilidade, vol. 31, nº 137, set./out. Brasília, 2002.